

MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: O CASO DO BANCO DO POVO DE JUIZ DE FORA

5

*Nirlene Aparecida Carneiro Fernandes¹
Marco Aurélio Marques Ferreira²
Adriel Rodrigues de Oliveira³*

RESUMO: A ampliação do acesso de financiamento às micro e pequenas empresas tem sido a motivação histórica do microcrédito. Sendo o microcrédito relativamente novo, a compreensão de seu impacto sobre o desenvolvimento regional está condicionada à investigação das experiências das organizações que trabalham em seu fomento, bem como à percepção dos empresários dos segmentos formal e informal acerca da sua efetiva contribuição. Neste sentido, este estudo abrange a realidade do microcrédito no Estado de Minas Gerais, pela análise das ope-

rações do Fundo de Apoio ao Empreendedorismo Popular (Faep), conhecido popularmente por “Banco do Povo”. Neste contexto, buscou-se compreender as operações de microcrédito sob a ótica da oferta e da demanda e, de acordo com os resultados, pode-se perceber a efetiva atuação do Faep no fomento ao microcrédito no Estado. Como ponto relevante, destacam-se, além da aplicação dos recursos em capital de giro, a aquisição e a renovação de ativos imobilizados, contribuindo para o desenvolvimento regional com a geração de emprego e renda.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito Produtivo. Desenvolvimento Regional. Política Pública.

I. INTRODUÇÃO

A falta de acesso ao crédito é um dos problemas enfrentados pelos microempreendedores, sendo uma das principais restrições ao desenvolvimento dos microempreendimentos, pois, devido às exigências burocráticas, eles não conseguem investir na capacidade operacional, intimidando-se diante dos grandes empresários.

¹Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

²Doutor em Economia Aplicada e Professor do Departamento de Administração da UFV.

³Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Administração pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Viçosa.

No Brasil, o acesso ao crédito para o micro e pequeno empresário, sobretudo aquele que está iniciando negócios, continua sendo um problema. Mesmo que tenha ideia promissora, o empreendedor não consegue crédito bancário com facilidade. Para estes ofertantes de crédito, ideia não é garantia de que a atividade empreendedora vai dar certo. E é nela que está o problema para garantir a credibilidade de seu empréstimo (SELA, V.M. et al., 2006).

Dentre os fatores que retoricamente poderiam amenizar esses problemas, encontra-se o microcrédito produtivo, considerado, por alguns pesquisadores, um instrumento de apoio ao desenvolvimento regional (YUNNUS, 2002; FEITOSA, 2005; MILANE, 2005; SELA, 2006).

De modo geral, a visão dos autores tem convergido para o consenso de que, pelo crédito orientado e ações planejadas, é possível criar emprego e renda, fazendo com que haja desenvolvimento local. Este, por sua vez, promove, além de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento cultural e social, trazendo o bem-estar às pessoas e levando-as a sair em busca de constantes melhorias, tais como escolas, maior participação na comunidade, leituras e outros, melhorando em muito a qualidade de vida local (SELA, V.M. et al., 2006).

Nessa direção, o Governo Federal, em sintonia com a realidade mundial, vem promovendo esforços a fim de facilitar o acesso ao crédito para microempreendedores formais e informais e reduzir as taxas de juros nos microfinanciamentos. Entre as medidas mais importantes está a criação da conta corrente e poupança simplificada (isentas de tarifas e sem exigência de comprovação de renda e de endereço); regulamentação do Crédito Consignado em folha de pagamento e para aposentados do INSS; constituição do Banco Popular do Brasil, subsidiário do Banco do Brasil, para atuar, exclusivamente, com a população de baixa renda no setor de micro finanças; e o lançamento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), segundo a Lei 11110/2005.

Todavia, torna-se elemento de investigação o seguinte questionamento: tem sido o microcrédito apenas objeto de retórica ou tem se convertido em política efetiva de promoção do crédito produtivo alternativo. Embora não exista consenso para uma resposta inequívoca, alguns elementos permitem a melhor compreensão desse fenômeno, desde que observados os dois lados que compõem o cenário de investigação. De um lado, os tomadores de crédito, formados em grande parte por micro e pequenos empreendedores do setor formal e informal; e do outro, as agências de fomento de crédito em que se destacam as Oscips, as cooperativas de crédito e demais organizações não governamentais (ONGs).

De acordo com dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES, 2006), atualmente, há mais de três milhões de micro, pequenas e médias empresas, que correspondem a 99% das firmas registradas em todo o Brasil. Estas são responsáveis por 41% dos empregos com carteira assinada, sendo que grande parte das microempresas atua em condições de informalidade.

Dentre as iniciativas atuais, voltadas para o desenvolvimento regional, há

os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São objetivos globais, que os dirigentes de todo mundo fixaram para reduzir a pobreza extrema até 2015⁴. Propõe-se enfrentar as questões da pobreza, da fome, da doença, da educação, da habitação, de gênero e da degradação do ambiente. Embora os ODM não fixem, formalmente, objetivos para o setor financeiro, os países menos desenvolvidos precisam de microfinanciamento para alcançar os ODM (RUSIC-EUROPE, 2006).

Em razão da manutenção da autossustentabilidade, compreendida como receitas maiores que despesas nas operações financeiras e demais atividades desenvolvidas, as instituições que trabalham com o microcrédito diferenciam-se das demais instituições financeiras convencionais. Isso porque o microcrédito é considerado a principal atividade do setor microfinanceiro, em razão de seu importante papel junto às políticas públicas de redução da miséria, geração de emprego e renda (SILVA et al., 2005).

No presente estudo, foi tomado como foco uma Oscip do Estado de Minas Gerais. Desse modo, o Fundo de Apoio ao Empreendedorismo Popular (Faep) de Juiz de Fora, popularmente denominado “Banco do Povo”, foi escolhido para a investigação proposta por ser esta instituição pioneira na oferta de crédito popular no Estado.

O objetivo do trabalho foi compreender a importância do crédito produtivo na promoção do desenvolvimento econômico regional, na condição de fator de contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, buscou-se descrever as operações de microcrédito, realizadas pelo Faep no âmbito da Zona da Mata, Sul/Sudoeste de Minas e Campo das Vertentes, considerando seus principais indicadores e relatando parte da experiência daqueles que já adquiriram alguma forma de financiamento, oriundas da referida Oscip.

Diante do exposto, este trabalho irá proporcionar maior compreensão do microcrédito, como instrumento de apoio ao crédito produtivo, tomando como referência a experiência prática na região pesquisada.

O trabalho é composto ainda por mais quatro seções: a segunda abrange o histórico do microcrédito e sua importância no desenvolvimento econômico regional; a terceira enfoca os aspectos metodológicos; a quarta apresenta os principais resultados obtidos; e a quinta discorre sobre as considerações finais do trabalho.

2. MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO

A primeira instituição consolidada para microcrédito surgiu no Sul da Alemanha, em 1846. Denominada “Associação do Pão”, foi fundada pelo pastor Raiffeinsen, que cedeu farinha de trigo aos fazendeiros locais para fabricarem pão

⁴O ODM foi estabelecido em setembro de 2000, durante Cúpula do Milênio, realizada na sede da ONU em Nova Iorque, como descrito mais adiante.

e, assim, pagarem as dívidas que contraíram com agiotas durante o rigoroso inverno daquele período. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se em cooperativa de crédito para a população pobre (PÁGINA DO MICROCRÉDITO, 2005).

Entretanto, o grande marco que serviu de modelo e popularizou o termo microcrédito foi a experiência iniciada pelo professor Muhammad Yunus, em 1976, em Bangladesh. Após seus estudos, ele resolveu emprestar pequenas quantias a microempreendedores das aldeias próximas à universidade onde lecionava para que se livrassem dos agiotas, que cobravam juros extorsivos. A experiência humanitária cresceu, recebendo aportes financeiros de bancos e instituições privadas. Em 1978, foi criado o Grameen Bank, estabelecendo as bases para o modelo atual de microcrédito (YUNUS, 2002).

O microcrédito foi definido como modalidade de financiamento voltado aos micro e pequenos empreendimentos produtivos. Trata-se de eficiente ferramenta para a inclusão econômica e social das populações empreendedoras mais desprovidas, pois, devido à metodologia adequada para este público, tem grande capacidade de alcance às populações mais pobres, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais, gerando ocupação, emprego e renda (SEBRAE-MG, 2005).

Ressalta-se que as operações microfinanceiras são alternativas de atendimento, principalmente, aos microempresários que encontram restrições à expansão de suas formas de financiamento. Todavia, a literatura de forma assimétrica tem atribuído a essas operações o papel de formalizar o acesso ao crédito, em especial aos microempreendedores que estão fora do mercado formal de crédito. A origem dessas limitações está pautada nas exigências burocráticas fiscais, além de garantias reais⁵ para as operações.

Segundo Siqueira (2005), o crédito tradicional é fornecido com base em garantias, solidez, patrimônio e tradição financeira do pleiteante, enquanto o microcrédito ou crédito popular baseia-se, principalmente, na análise socioeconômica do cidadão, quando pesa a avaliação subjetiva concernente às intenções e potencialidades do cliente.

Para melhor compreensão das diferenças existentes entre essas duas modalidades de acesso ao crédito, a Tabela I mostra as diferenças entre o crédito tradicional e o microcrédito.

Ressalta-se que as instituições de microcrédito vêm atuando exatamente nos setores discriminados pelo sistema financeiro tradicional. Com esse apoio, os pequenos empreendimentos são viabilizados e dinamizados, podendo, inclusive, ampliar as oportunidades para realização de negócio dos empreendedores formais e informais no contexto local.

⁵ Garantias representam o comprometimento de outras pessoas pela dívida assumida pelo devedor. Essas pessoas respondem pela dívida do devedor caso este último não consiga pagá-las. Existem as garantias pessoais como aval e fiança e as garantias reais como alienação fiduciária, hipoteca, penhor e anticrese (LEMES Jr., 2002).

Tabela I - Diferenças entre o Crédito Tradicional e o Microcrédito

Crédito Tradicional	Microcrédito
Foco: Empréstimos a empresas e pessoas físicas.	Foco: Empréstimo a pessoas físicas.
Maior interesse em grandes operações.	Crédito compatível.
Morosidade/foco processo.	Crédito ágil.
Crédito massificado e automatizado.	Atendimento, em volume, personalizado.
Injeção de crédito.	Crédito oportuno/foco nas necessidades cliente.
Garantias reais.	Aval individual e solidário.
Contratos executáveis.	Contratos de confiança.
Redução de risco.	Sistemas de confiança.

Crédito Tradicional	Microcrédito
Volume de acordo com as garantias reais (ativos).	Volume de acordo com o fluxo de caixa do cliente.
Quando maior o número de ativos melhor.	Quanto menor o número de ativos, melhor.
Parcela vencida = inadimplência total.	Parcela vencida = situação transitória.
Recorre às garantias.	Recuperação e renegociação.
Cientes com elevada sensibilidade às taxas de juros.	Cientes com baixa sensibilidade às taxas de juros.
Não acompanha o cliente.	Acompanha o desenvolvimento do projeto/cliente.
Objetivo maior: resultado.	Objetivo maior: desenvolvimento.

Fonte: Série Primeiros Rumos: um guia do microcrédito (2002).

Visando a proporcionar acesso facilitado ao crédito para os pequenos empreendimentos, algumas instituições ou programas atuam diretamente na concessão de crédito popular no Brasil, que, segundo o site do Banco do Brasil, podem ser enquadrados em (SELA, V.M. et al., 2006):

1) Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) – sua contribuição está subordinada à aprovação do Ministério da Justiça e constituem, por definição, organizações sem fins lucrativos, o que as obriga a ter seu excelente operacional (bruto ou líquido aplicado integralmente na consecução do seu objetivo social); 2) As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) – são fiscalizadas pelo Banco Central. Para seu funcionamento, se faz necessário um patrimônio líquido de no mínimo 100 mil reais. As SCMs não podem desenvolver outras atividades que não estejam ligadas ao microcrédito; 3) As Organizações Não-Governamentais (ONGs) podem ser subdivididas naquelas que trabalham unicamente com crédito e nas que além do crédito oferecem outros serviços. Operam sem um limite mínimo, podendo assim constituir instituições de menor porte; 4) Os programas governamentais – são criados e gerenciados pelos governos municipais e estaduais, estando, portanto, vinculados às leis e normas dos Estados e Municípios; 5) As Cooperativas e as Linhas de Crédito Especiais dos Bancos comerciais, principalmente Governamentais – este serviço está restrito aos cooperados e é apenas uma das modalidades de crédito trabalhadas pelas cooperativas, que frequentemente também operam crédito para consumo.

Dentre as Oscips que trabalham com microcrédito, escolheu-se o Banco do Povo (Faep), pioneiro em crédito popular no Estado de Minas Gerais, que iniciou suas atividades em 1997, com o trabalho de mobilização do empresariado local, em especial a Caixa Econômica Federal (CEF), que disponibilizou 70m² para a sede, demonstrando a importância de aportes financeiros para viabilização das operações. Em março de 1999, o conselho de administração aprovou a regionalização do Banco do Povo que, então, passou a atuar na Zona da Mata.

O objetivo geral do Faep é promover o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não, através de uma instituição de crédito comunitário regionalizada. Com este propósito, espera-se fomentar o desenvolvimento econômico regional, democratizando a renda, proporcionando diminuição do desemprego e melhoria da qualidade da força de trabalho.

Além de destacar-se como uma das instituições de microcrédito que mais crescem no país, o Faep preocupa-se não apenas em fornecer crédito aos microempresários, mas também prepará-los para enfrentar as dificuldades do mercado, oferecendo cursos com noções de informática e gestão de negócios.

2.2. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

Em setembro de 2000, durante a Cúpula do Milênio, realizada na sede da ONU em Nova Iorque, líderes de 189 países assinaram a Declaração do Milênio. Este documento oficializou o pacto para priorizar a eliminação da fome e da extrema pobreza no Planeta até 2015. Para isso, foram estabelecidos oito ODM, sendo eles: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico fundamental; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (REVISTA ODM BRASIL, 2006).

Os ODMs deverão ser alcançados mediante a implantação de políticas de saúde, educação, saneamento, crédito, habitação, meio ambiente, parcerias de sustentabilidade e promoção de igualdade de gênero. Embora o ODM não fixe, formalmente, os objetivos para o setor financeiro, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento precisam do microfinanciamento produtivo para alcançá-lo.

O desenvolvimento de setores financeiros é um dos elementos cruciais à consecução dos ODMs, pois a pobreza é reduzida quando o crédito privado representa percentual crescente no Produto Interno Bruto (PIB). Um eficiente setor financeiro gera os ativos e cria riqueza econômica para os que a ele têm acesso. Para que as pessoas de baixo rendimento possam gerir ou aumentar seus ativos, é necessário que tenham acesso aos serviços financeiros, daí a importância das instituições de crédito solidário no desenvolvimento local sustentável.

O microfinanciamento proporciona aos menos providos instrumentos para diversificar e aumentar suas fontes de rendimento. Ressalta-se que o microcrédito está ligado a diversas estratégias recomendadas para a realização do ODM, sendo

apontado como um dos principais meios para redução da pobreza à metade até o ano de 2015, pois dá especial destaque ao papel da poupança, ao crédito, às remessas, às pensões, aos seguros, bem como à necessidade de desenvolver os setores privado e financeiro (RUSIC-EUROPE, 2006).

Para utilizar adequadamente o microfinanciamento na realização do ODM, é necessário: facilitar a entrada das empresas informais na economia formal; mobilizar as micropoupanças para incentivar o crescimento econômico; investir nas mulheres; facilitar a remessa dos migrantes às localidades de origem; desenvolver os setores privados locais e investir na inovação; desenvolver as zonas urbanas e rurais; e investir na melhoria de serviços de saúde.

3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos do presente estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório. Segundo Gil (2006), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Já a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições.

Os dados necessários à análise foram obtidos de fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram coletados em entrevista com funcionários da agência Banco do Povo em Viçosa, cuja matriz é o Banco do Povo de Juiz de Fora (Faep). Foram aplicados, também, por amostragem estratificada não-probabilística, questionários junto a uma amostra de 30 microempresários atendidos pela Faep. Os dados secundários foram obtidos mediante pesquisa bibliográfica e documental, fornecendo maiores informações acerca do tema e dados da instituição em estudo.

Com esta análise metodológica, buscou-se traçar o perfil dos demandantes e ofertantes de microcrédito para melhor compreensão do tema abordado, bem como identificar se de fato o microcrédito contribui com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

4. RESULTADOS

4.1. ASPECTOS DA OFERTA

Visando a perceber o impacto financeiro e a inserção do Faep no plano financeiro real, procurando distinguir a retórica do crédito das práticas efetivas de apoio financeiro, foram mapeadas primeiramente as atividades de apoio do Faep no estado de Minas Gerais.

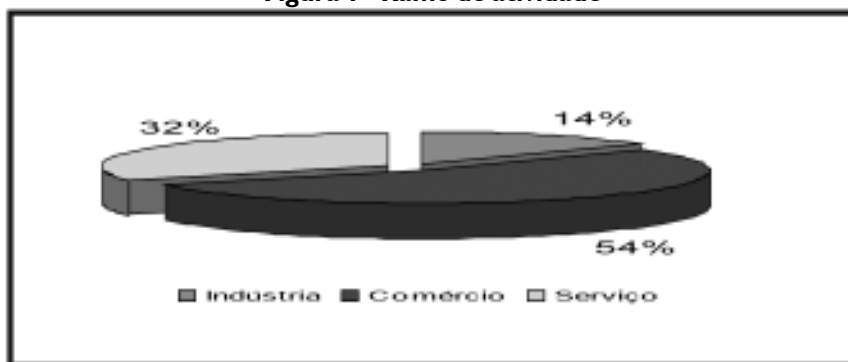
No período compreendido entre 4 de agosto de 1997 e 1 de fevereiro de 2006, o Faep efetivou 12.582 operações de concessão de crédito, ao valor médio de R\$2.247,00, totalizando R\$28.273.379,56 emprestados a 97 cidades atendidas pelo Banco, nas seguintes mesorregiões do Sudeste de Minas Gerais: Zona da Mata, Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas.

Por disponibilizar maior acesso ao crédito produtivo, o Faep tem sido grande contribuinte para o desenvolvimento social na região em que atua, gerando emprego e renda. Estimativas do Faep mostram impacto direto da ordem de 6.000 novos postos de trabalho, decorrente dos seus esforços, neste período (BANCO DO POVO, 2005). Este fato comprova que um dos objetivos do Faep vem sendo cumprido, o de aumento de renda, gerando o desenvolvimento econômico regional.

O número de créditos ofertados às 70 cidades da Zona da Mata corresponde a 86,20% do total disponibilizado pelo Faep, sendo que este valor atinge R\$ 24.879.445,56 ou 88% do total concedido. Quanto à expressividade, as demais regiões ordenam-se da seguinte forma: Campo das Vertentes com 10,8% das operações e 9,6% do total concedido; e Sul/Sudoeste de Minas com apenas 3% das operações e 2,4% do total concedido. Desse modo, um dos grandes desafios apontados tem sido a maior pulverização dessas operações ao longo da área de abrangência.

Dentre os ramos de atividades que mais recorrem aos empréstimos do Faep, destaca-se o comércio (Figura 1). Um dos motivos é o crescimento do setor na economia, em especial o informal. Outro motivo é a dificuldade em conseguir crédito nos sistemas bancários tradicionais, um dos principais problemas enfrentados pelos microempreendedores, segundo Yunnus (2002).

Figura 1 - Ramo de atividade



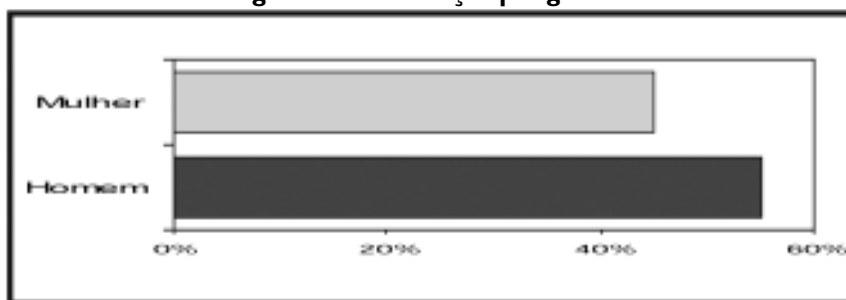
Fonte: Dados da Pesquisa.

Os clientes do Faep são, em sua maioria, do sexo masculino (Figura 2), embora a participação das mulheres tenha aumentado, demonstrando que elas estão tendo a oportunidade de ser empresárias. De acordo com as estatísticas do ODM, as mulheres são consideradas mais responsáveis e menos inadimplentes que os homens, o que as torna melhores clientes para o setor financeiro. Espera-se que, futuramente, esta diferença mínima seja igualada ou, até mesmo, ultrapassada.

Uma das grandes vantagens das instituições de crédito solidário em rela-

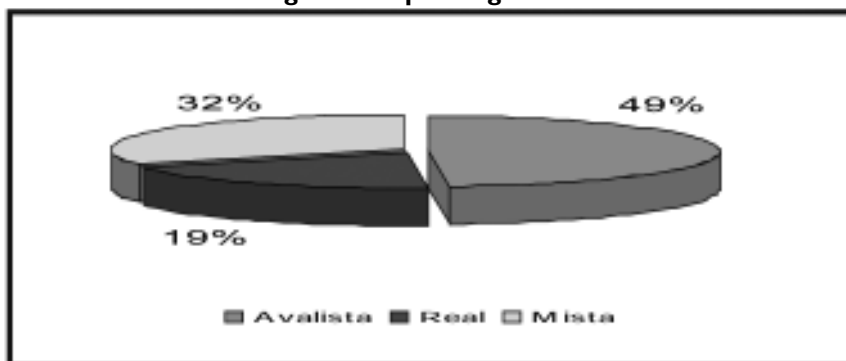
ção às instituições comerciais de financiamento é a substituição das garantias pessoais pelas garantias reais. Corroborando tal premissa, destaca-se que, entre as opções de garantias oferecidas pelo Faep, a grande maioria pautou-se no aval em que, de forma solidária, fica o avalista obrigado pelo valor do crédito, caso o principal não consiga sanar sua dívida (Figura 3). Esta é uma das principais diferenças do microcrédito em relação ao crédito tradicional, pois, segundo o Guia do Microcrédito (2002), o crédito tradicional é pautado em garantias reais como hipoteca e penhor, o que dificulta o acesso dos microempresários.

Figura 2 - Distribuição por gênero



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 3 - Tipos de garantias



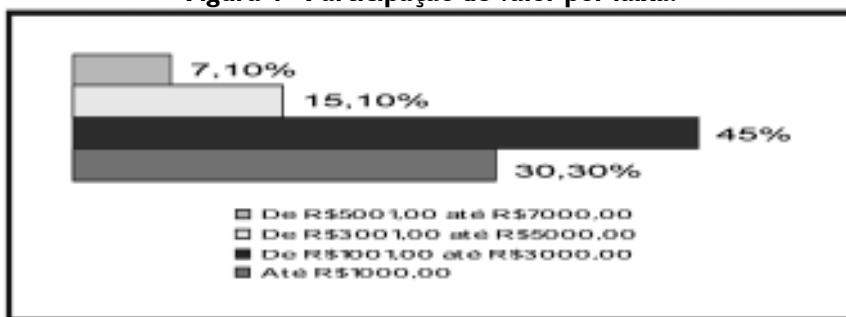
Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao valor dos empréstimos concedidos, a maior parte está na faixa de R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00, quantidade declarada como suficiente para a maioria dos microempresários que recorrem ao setor, visando a subsidiar seu negócio (Figura 4).

Este dado pôde ser comprovado no questionário respondido pelos clientes da agência Banco do Povo de Viçosa, ao responderem se o valor do empréstimo

concedido atendeu às necessidades. Do total de clientes entrevistados, 64% alegaram que o montante concedido foi suficiente, o que comprova que o microcrédito é atendimento, em volume, personalizado.

Figura 4 - Participação de valor por faixa.



Fonte: Dados da Pesquisa

Destaca-se que o Faep procura proporcionar aos microempreendedores que trabalham na informalidade, clientes ou não, pelo chamado Balcão Legal, assessoria especializada e gratuita para que eles passem a atuar na formalidade. Com a formalização, os benefícios tornam-se explícitos, uma vez que passam para a lista das empresas que recolhem impostos municipais, estaduais e federais, contribuindo, assim, para engrossar a lista de projetos sociais e outros geradores de ocupação e renda no Estado.

4.2. ASPECTOS DA DEMANDA

Após o levantamento e tabulação dos 30 questionários aplicados aos tomadores de microcrédito, foi possível traçar seu perfil, levantando algumas variáveis centrais, tais como: o ramo de atividade em que estão inseridos, os problemas que enfrentam no negócio e a acessibilidade aos recursos financeiros via Banco do Povo.

O estudo confirmou alguns elementos encontrados na oferta, tais como: a maioria dos clientes é do sexo masculino e realmente pertencem ao ramo de atividade do comércio, a faixa de empréstimo predominante é a compreendida entre R\$ 1.001,00 e R\$ 3.000,00 e o tipo de garantia exigida ainda é o avalista. Isto comprova que existe correlação entre os dados apresentados pela oferta e demanda, o que sustenta a inserção efetiva das operações de microcrédito na região.

Em relação à faixa etária dos tomadores de microcrédito, cerca de 60% está compreendida entre 31 e 50 anos, demonstrando que a capacidade de empreender está nas pessoas mais maduras que buscam o crédito para ampliar seu negócio. Mas isso não significa que os menos experientes não tenham acesso ao crédito. Dos

entrevistados, 23% estão na faixa etária de 20 a 30 anos, reforçando uma característica do microcrédito, ou seja, ofertar oportunidade de renda àqueles que não conseguiram emprego formal.

Tabela 2 – Grau de escolaridade dos tomadores de microcrédito

Discriminação	Número	Percentual
Fundamental Incompleto	2	7
Fundamental Completo	4	13
Médio Incompleto	1	3
Médio Completo	15	50
Superior Incompleto	4	13
Superior Completo	3	10
Pós-Graduação	1	3
Total	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa

No entanto, apesar de a maioria dos tomadores de microcrédito ser constituída por pessoas maduras, notou-se que apenas 13% dos entrevistados concluíram o ensino superior. Este é um fator preocupante para os ofertantes de microcrédito, pois seus clientes não adquiriram conhecimentos de empreendedorismo, o que pode levar à descontinuidade da atividade e, portanto, à geração de desemprego (Tabela 2). Este é um dos pontos que precisam ser repensados na teoria do microcrédito, pois, para alcançar seu objetivo maior, o desenvolvimento, é necessário o constante acompanhando do tomador de crédito para que este não incorra em erros graves. Desse modo, um curso superior ou mesmo técnico além da experiência na área são de imensa contribuição.

Além do perfil dos tomadores de microcrédito, foram analisados também alguns pontos fortes e fracos em relação à sua atividade empreendedora e às facilidades encontradas para ter acesso ao microcrédito.

Dentre os pontos fortes da atividade empreendedora, destacou-se que a maioria delas são registradas (70%) e realizam a contabilidade (67%). Este foi um diferencial encontrado em relação à teoria do microcrédito, pois a maioria dos tomadores de microcrédito consultados não atua na informalidade (Tabelas 3 e 4). Nesse ponto, existe um lapso entre a retórica e a prática. Isso porque o microcrédito, que seria uma alternativa ao setor informal, tem sido encaminhado para as organizações formais, distanciando-se assintoticamente de seus propósitos doutrinários, conforme defendido por Yunus (2002), um dos idealizadores do microcrédito produtivo.

No que diz respeito aos pontos fracos encontradas pelos empreendedores, destaca-se a falta de capital para investimento (24%), o que os torna inferiores aos grandes empresários. Para amenizar este problema, 30% dos clientes recorreram imediatamente aos empréstimos e outros preferiram recorrer primeiramente às reservas pessoais (20%), ao cheque especial (20%), ao agiota (10%), dentre outras

fontes de recursos (Tabela 5). Nota-se, portanto, que o empréstimo tem sido a primeira fonte a que os empreendedores recorrem e que, ao contrário do que a teoria afirma, o microcrédito não está sendo usado, na maioria das vezes, para capital de giro, e sim para investimento.

Tabela 3 – Registro da atividade

Discriminação	Número	Percentual
Sim	21	70
Não	9	30
Total	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 4 – Realização da contabilidade

Discriminação	Número	Percentual
Contador da empresa	4	13
Escritório de Contabilidade	16	53
Não é efetuada	10	33
Total	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 5 – Fontes de recursos recorridas

Discriminação	Número	Percentual
Reserva Pessoal	6	20
Capital de Giro	4	13
Cheque Especial	6	20
Empréstimo	9	30
Agjota	3	10
Amigos	1	3
Desconto de Duplicatas	1	3
Total	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao investir na atividade empresarial, o empreendedor está garantindo sua estabilidade econômica, aumentando sua renda, aumentando o número de empregos e, portanto, contribuindo para o desenvolvimento econômico e regional.

Dentre as facilidades encontradas pelos empreendedores, destacaram-se os empréstimos concedidos pelo Banco do Povo (42%), que oferta quantidade de recursos considerada suficiente para as necessidades enfrentadas (64%), tendo como garantia apenas o avalista (60%), como já foi comprovado na análise da oferta. O fato de os empreendedores terem recorrido aos empréstimos do Banco do Povo foi

principalmente por este exigir menores garantias e principalmente por ser suficiente para atender às necessidades presentes (Tabela 6).

Tabela 6 – Instituição em que os empréstimos são feitos com frequência

Discriminação	Número	Percentual
Banco Comercial	6	23
Desconto de Duplicatas	1	4
Amigos e Parentes	4	15
Agjotas	1	4
Banco do Povo	11	42
Desconto de Cheques	3	12
Total	26	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo Yunnus, “é preciso pensar num crédito que seja adequado, suficiente e oportuno”, que permita ao tomador dispor do dinheiro a um custo que lhe propicie gerar excedente capaz de pagar os juros e acumular, além de obtê-lo em volumes que lhe permitam desenvolver a atividade prevista no momento oportuno.

Assim, os resultados sugerem a inserção efetiva do microcrédito como instrumento de política social, voltada para sustentabilidade dos empreendimentos microprodutivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados, pode-se perceber que o primeiro quesito para a consolidação das operações de microcrédito no Estado de Minas Gerais vem sendo alcançado, ou seja, a efetiva operação de uma instituição de crédito comprometida com o microfinanciamento produtivo.

Nessa direção, cabe ressaltar também que o Faep, como entidade de fomento ao microcrédito, vem contribuindo para o atendimento do desenvolvimento regional. Suas ações garantem uma série de fatores condicionantes do desenvolvimento regional, dentre os quais se destacam: (a) aumento de empregos, na ordem de 6000 novos postos de trabalho como ressaltado pelo Faep, o que gera diminuição de pobreza; (b) aumento da inclusão de gênero, o que estimula a confiança e a equidade de gênero nas ações empreendedoras; (c) aumento constante no número de operações realizadas pela instituição, gerando e propiciando acesso efetivo ao crédito; e (d) formalização de microempresas, gerando maior recolhimento de impostos que serão usados em prol de toda sociedade, bem como da sustentabilidade da seguridade social.

Notou-se que os tomadores de microcrédito estão satisfeitos com a quantidade de recursos repassados, com as garantias exigidas e, apesar de citarem a taxa de juros como muito alta, eles não têm grandes dificuldades em liquidar suas dívidas.

Outro ponto relevante é o fato de os empreendedores de pequeno porte estarem optando por investimentos fixos. Isto garante certa estabilidade no negócio, contribuindo para o aumento do emprego e renda.

Observa-se que, ao criar riqueza para os indivíduos de baixos rendimentos, o microfinanciamento cria novos consumidores e novos mercados para as empresas de todas as dimensões, gerando efeitos sinérgicos para o desenvolvimento regional, o que, novamente, reforça sua importância.

Por haver convergência na percepção entre demandantes (empresários) e ofertante (Faep) em parte das questões abordadas, sustenta-se a hipótese de inserção efetiva do microcrédito como política social de fomento ao crédito na região investigada.

Diante destes fatos, conclui-se que o microcrédito é uma importante ferramenta de auxílio no acesso ao crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional, gerando ocupação e renda para milhares de microempreendedores socioprodutivos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO POVO. **Linhas de crédito** – dados gerais. Disponível em: <<http://www.bancodopovo.org.br>>. Acesso em: junho de 2005.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa de Microcrédito**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2006.

FEITOSA, Marcos Gilson Gomes. **Os empreendedores pobres falam: fatores que devem ser considerados para facilitar o acesso dos mais pobres ao microcrédito**. Trabalho apresentado no EnANPAD/2005. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad>>. Acesso em: dezembro de 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 edição. Editora Atlas S.A.: São Paulo, 2006.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – dados gerais. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em março de 2006.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C.M.; CHEROBIN, A.P.M.S. **Administração Financeira: Princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

MILANE, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br>>. Acesso em: agosto de 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Série primeiros rumos: um guia do microcrédito**, 2002.

PAGINA DO MICROCRÉDITO. **Cartilha do microcrédito** – dados gerais. Disponível em: <<http://www.paginadomicrocredito.com.br>>. Acesso em: junho de 2005.

REVISTA ODM BRASIL - **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.odmbrasil.org.br/arquivos/revista_odm.pdf>. Acesso em março de 2006.

RUNIC-EUROPE. **O Microfinanciamento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.runic-europe.org>> Acesso em maio de 2006.

SEBRAE MG – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <www.sebraemg.com.br>. Acesso em: Julho de 2005.

SELA, Vilma Meurer Sela; SELA, Francis Ernesto Ramos; COSTA, Saulo César da. **A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito**. Trabalho apresentado no EnANPAD, 2006.

SILVA, Eduardo Damião; SILVA, Wesley Vieira da; CORSO, Jansen Maia Del; SANTOS, Christiane Bischof dos. **Fatores macroeconômicos que influenciam a demanda por financiamentos através de Microcrédito na cidade de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.enanpad.com>>. Acesso em agosto de 2005.

SIQUEIRA, Karen. **Lições de experiências bem sucedidas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br>>. Acesso em junho de 2005.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos pobres**. I. edição. São Paulo: Ática, 2002.